

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de seguro veicular para a frota do IFBA – Reitoria e campi durante um período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos;

1.2 A vigência da apólice do seguro veicular deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da data assinatura do contrato decorrente deste Termo, podendo, observadas as exigências legais, ser prorrogado por iguais e sucessivos período até o limite de 60 (sessenta) meses;

1.3 A licitação far-se-á por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço global, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário. A empresa deverá, em sua proposta, detalhar o valor ofertado para cada veículo, conforme especificado na Planilha do Anexo I.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A vigência atual do seguro da frota de veículos oficiais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) expira às 24h do dia 25 de novembro de 2022, havendo, portanto, a necessidade de renovação e contratação de SEGURO TOTAL para esses veículos com a finalidade de mantê-los segurados contra sinistros. Acrescentando que parte das atividades de caráter acadêmico e administrativo, como, por exemplo, a participação em reuniões, treinamentos, visitas técnicas acadêmicas e de obras, bem como o transporte de cargas, são desenvolvidas fora da área do Instituto e/ou fora das cidades que sediam suas unidades, necessitando do transporte dos servidores e/ou alunos, através do uso da frota de veículos da Instituição. Nesse cenário e considerando os riscos associados às atividades em questão, torna-se imprescindível a contratação do Seguro Total para os veículos oficiais do IFBA (Reitoria e campi)

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A contratação de Seguro Total para frota de veículos oficiais do IFBA, tem como finalidade: Manter segurados os veículos pertencentes à frota, visto que há diversas demandas para as atividades de caráter administrativo e pedagógico, reuniões, treinamentos que necessitam de deslocamento, assim como as viagens de estudo, visitas técnicas de obras e o transporte de cargas são realizados através do uso da frota de veículos da Instituição. Desta forma torna-se imprescindível a contratação do Seguro Total em questão, pois tais atividades envolvem riscos consideráveis aos alunos e servidores, bem como ao patrimônio do Instituto.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 Realizar licitação, por meio de pregão eletrônico para escolha de empresa para a prestação de serviços continuados de seguro veicular para a frota de veículos do IFBA (Reitoria e Campi), sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2 Em razão da abrangência desta Autarquia com ampla distribuição geográfica em diversos municípios do estado da Bahia, se faz necessário manter um contrato de seguro dos veículos de maneira contínua, para que não ocorra interrupção dos serviços, o que prejudicaria os deslocamentos de servidores e alunos e colocaria em risco a segurança dos usuários e do patrimônio público, já que é frequente a necessidade de deslocamento de pessoas, equipamento e materiais, que se faz por meio dos veículos oficiais pertencentes à frota;

5.1.3 A duração inicial do contrato é de 12 (doze) meses, admitidas prorrogações, iguais e sucessivas até o limite de 60 (sessenta) meses conforme previsto no inc. II do art. 57 da lei nº 8.666/93.

5.2 Da Cobertura do Seguro:

5.2.1 Cobertura tipo Compreensiva, com franquia NORMAL para todos os itens;

5.2.2A franquia considerada é obrigatória e os itens a seguir devem ser levados em conta:

a) A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas, exclusivamente, em função dos preços propostos;

b) Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, podendo, de acordo com análise por veículo e seus bônus, serem ofertadas franquias de valores menores;

c) Em havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais, traseiros e para-brisa, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisa, a CONTRATADA realizará o serviço sem a cobrança da franquia;

d) Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo IFBA, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação regular, relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse;

e) Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão;

- f) Assistência 24 horas, em casos de panes ou acidentes, sem limite de quilometragem;
- g) Em se tratando de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de seu recebimento pelo contratante, independente da quilometragem rodada no período. Entende-se por valor de veículo novo o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência (FIPE) quando da liquidação do sinistro.

5.3 Dos Sinistros:

5.3.1 Dos Riscos Cobertos:

5.3.1.1 “SEGURO TOTAL”. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela contratante e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

- a) Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros para-brisa, faróis, lanternas e retrovisores;
- b) Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, esteve em poder de terceiros;
- c) Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento, ainda que com veículos do próprio IFBA;
- d) Danos provocados por intempéries;
- e) Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros, ressalvadas as hipóteses de prejuízos não indenizáveis contemplados nas condições gerais do seguro popular de automóvel usado da CIRCULAR SUSEP Nº306, de 17 de novembro de 2005;
- f) Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo;
- g) Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- h) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- i) Em caso de que trata o item acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado;
- j) Granizo;
- k) Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- l) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Materiais e Pessoais);
- m) Acidente Pessoal de Passageiro - APP (Morte ou Invalidez);
- n) Garante ao segurado, até o valor do respectivo limite máximo de responsabilidade de, os acessórios (vidros pára-brisa, faróis, lanternas e retrovisores) relacionados na proposta que forem considerados parte integrante do veículo segurado, contra os eventos garantidos pela cobertura contratada para o veículo;

o) Ter cobertura de morte ou invalidez para passageiro e/ou condutor do veículo;

p) Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

1. Chaveiro: fica garantido o serviço de chaveiro para abertura das portas, do porta-malas e do tanque de combustível;

2. Assistência com socorro mecânico;

3. Borracheiro: fica garantido um prestador de serviço para troca de pneus em caso de danos aos pneus do veículo segurado;

4. Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica, elétrica ou seca, até a oficina autorizada pelo contratante, sem limite de quilometragem;

5. Serviço de transporte (taxi) das pessoas seguradas (passageiros e motorista) por imobilização do veículo segurado, por roubo, furto ou acidente, para continuação de viagem e/ou retorno ao domicílio, sem limite de quilometragem.

q: Raios e suas consequências;

5.4 Do Aviso de Sinistro:

5.4.1 A CONTRATADA, deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso do sinistro;

5.4.2 A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional;

5.4.3 Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, A CONTRATADA deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado;

5.4.4 Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro;

5.4.5 Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da execução integralmente;

5.4.6 Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da CONTRATANTE;

5.4.7 Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional;

5.4.8 Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da CONTRATANTE, não cabendo pela contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço;

5.4.9 O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro;

5.4.10 Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a CONTRATADA ficará sujeita a multa diária correspondente 2% do valor da indenização, além das penalidades previstas em lei.

5.5 Da Indenização Integral

5.5.1 Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado.

5.5.2 Em caso de indenização integral, a CONTRATADA não poderá deduzir do valor referenciado os valores concernentes a avarias previamente constatadas.

5.5.3 Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.

5.5.4 Salvados:

5.5.4.1 Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

5.5.4.2 É de inteira responsabilidade da seguradora contratada providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos pertinentes.

5.6 Do Questionário de Avaliação de Risco:

5.6.1 Os veículos são conduzidos por servidores do Instituto Federal da Bahia e motoristas terceirizados, e, enquanto no IFBA (Reitoria ou campi), permanecerão recolhidos em estacionamento fechado e privativo;

5.6.2 Devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

5.7 Da Inclusão e Substituição:

5.7.1 Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice poderão ser solicitadas pelo IFBA e processadas pela seguradora mediante endosso.

5.7.2 Durante o período da vigência da apólice, poderá ser solicitada, mediante a emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação.

5.7.3 A emissão não poderá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso efetuado pelo IFBA.

5.7.4 Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência do contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados do presente certame.

5.7.5 Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a CONTRATADA deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

5.7.6 A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo ao IFBA, devidamente quitado.

5.7.7 Caberá ao IFBA, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos.

5.8 Da Vistoria Prévia:

5.8.1 As licitantes interessadas poderão vistoriar os veículos a serem segurados. A vistoria deverá ser marcada previamente com as unidades do IFBA. Deverá ser preenchido durante a vistoria o "Termo de vistoria", conforme ANEXO IV.

5.8.2 O prazo para a marcação da vistoria deverá ser de, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas e deverá acontecer até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário estabelecido para a abertura do Pregão Eletrônico.

5.8.3 Não realizada a vistoria ou não obedecidos aos prazos previstos para a sua marcação ou realização, considerar-se-á que todos os concorrentes aceitaram as condições em que se encontram os veículos.

5.8.4 O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios.

5.9 Da Exclusão:

5.9.1 Durante o período de vigência do contrato decorrente deste Termo, havendo a necessidade de exclusão de veículo(s), a empresa deverá calcular, através de aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

$X \div 12 = Y$ e $Y \times Z = VT$ em que:

X = Valor anual do prêmio por veículo; 12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término do contrato;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

5.9.2 O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo IFBA à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada através de Correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento;

5.9.3 Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

5.9.4 A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo devidamente quitado.

5.10 CULPABILIDADE EM CASO DE ACIDENTES

Em casos de acidentes a Portaria 595-IFBA, de 02 de abril de 2014, em seu Artigo 34, define: - Quaisquer danos causados a veículo oficial pelo usuário deverão ser comunicados à chefia imediata, pelo motorista, para que sejam tomadas as providências necessárias, cabendo sanção disciplinar aos responsáveis pela ocorrência e ao responsável pela viagem após sindicância.

5.11 DA PROTEÇÃO DE DADOS

5.11.1 As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei 13.709, de 14/8/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente contrato.

5.11.2 O IFBA figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à Contratada para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. A Contratada será Controlador dos dados com relação a seus próprios dados e suas atividades de tratamento.

5.11.3 A Contratada está obrigada a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.

5.11.4 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do IFBA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

5.11.4.1 Eventualmente, as partes podem ajustar que o IFBA será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes do item 5.11.4 e 5.11.3 A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula contratual, inclusive no tocante à Política de Privacidade do IFBA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

5.11.5 Os dados pessoais tratados e operados serão eliminados após o término do contrato objeto deste Termo de Referência, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

5.11.6 Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

5.11.7 Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

5.11.8 Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados;

5.11.9 O Encarregado indicado pela Contratada manterá contato formal com o Encarregado pelo contrato indicado pelo IFBA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

5.11.10 Os casos omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à Contratada, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos à Fiscalização para que decida previamente sobre a questão

5.10 CULPABILIDADE EM CASO DE ACIDENTES

Em casos de acidentes a Portaria 595-IFBA, de 02 de abril de 2014, em seu Artigo 34, define: - Quaisquer danos causados a veículo oficial pelo usuário deverão ser comunicados à chefia imediata, pelo motorista, para que sejam tomadas as providências necessárias, cabendo sanção disciplinar aos responsáveis pela ocorrência e ao responsável pela viagem após sindicância.

5.11 DA PROTEÇÃO DE DADOS

5.11.1 As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei 13.709, de 14/8/2018, Lei

Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente contrato.

5.11.2 O IFBA figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à Contratada para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. A Contratada será Controlador dos dados com relação a seus próprios dados e suas atividades de tratamento.

5.11.3 A Contratada está obrigada a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.

5.11.4 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do IFBA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

5.11.4.1 Eventualmente, as partes podem ajustar que o IFBA será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes do item 5.11.4 e 5.11.3 A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula contratual, inclusive no tocante à Política de Privacidade do IFBA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

5.11.5 Os dados pessoais tratados e operados serão eliminados após o término do contrato objeto deste Termo de Referência, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

5.11.6 Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

5.11.7 Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

5.11.8 Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados;

5.11.9 O Encarregado indicado pela Contratada manterá contato formal com o Encarregado pelo contrato indicado pelo IFBA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

5.11.10 Os casos omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à Contratada, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos à Fiscalização para que decida previamente sobre a questão

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1 . Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação. Não foi possível vislumbrar possíveis impactos ambientais decorrentes desta contratação, haja vista se tratar basicamente de um contrato de assunção de riscos. A Instrução Normativa SLT/MP nº 1/2010, o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – AGU, 4ª Edição, Agosto/2021 –

não dispõem de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07 horas às 16 horas;

7.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

7.3 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria

7.4 Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.5 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.6 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1 A execução dos serviços (cobertura) será iniciada após a emissão da apólice de seguro, se responsabilizando a empresa, a partir daí, por casos de sinistro elencados neste Termo de Referência.

8.1.2 O prazo de entrega da Apólice de Seguro da frota ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia é de 30 (trinta) dias contados a partir da data da assinatura do contrato.

8.1.3 A empresa vencedora deverá emitir as Apólices individualmente e remeter para o Departamento de Administração (DEPAD), na Coordenação de transportes da Reitoria e de cada Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia;

8.1.4 No ato da entrega da Apólice, deverá ser efetuada sua conferência pelo Servidor designado pela Administração para verificar o atendimento às condições deste PREGÃO. Caberá a esse servidor a responsabilidade quanto ao recebimento da referida Apólice;

8.1.5 Se comprovada alguma alteração das características do objeto quando da entrega das Apólices, a empresa deverá retirá-la dentro de 24 (vinte e quatro) horas e restituí-la no prazo de 15 (quinze) dias úteis, independentemente da aplicação das penalidades previstas neste Edital;

8.1.6 Decorrido o prazo estipulado sem que tenha havido a correção do serviço recusado, o setor solicitante dará ciência à Diretoria de Administração e Planejamento do IFBA Reitoria, através de comunicação interna, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a

empresa, de acordo com as normas contidas na Lei nº 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades previstas neste Edital;

8.1.7 A vigência da apólice de seguro de frota será de 12 meses contados a partir da assinatura do contrato;

8.1.8 Os serviços serão executados conforme discriminado explicita o item 5, requisitos da contratação;

8.1.9 A metodologia adotada para a contratação baseia-se na disponibilidade orçamentária máxima do órgão para fazer frente a despesas com contratação de seguro para a frota do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA com cobertura anual contra acidentes em geral, danos causados pela natureza e assistência 24h (vinte e quatro horas).

9 . INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

9.1.1 A demanda do órgão refere-se a frota de atual de veículos dos campi e Reitoria do IFBA, conforme relação de veículos constante no Anexo II deste Termo de Referência. No Anexo I, Planilha de Estimativa, são apresentadas todas as informações de cada veículo que servem de parâmetro para o dimensionamento da proposta.

9.1.2 A franquia considerada neste Termo de Referência é obrigatória.

9.1.3 A franquia de casco deverá ser fixa para cada veículo.

9.1.4 O valor da franquia deverá constar obrigatoriamente na proposta da empresa vencedora.

9.1.4.1 A sua efetiva contratação e pagamento somente ocorrerá quando do registro de sinistro junto à seguradora

9.1.5 A franquia não será considerada para fins de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços (prêmios).

9.1.6 As propostas deverão ser apresentadas sem as cláusulas de perfil do segurado, tendo em vista que os veículos serão conduzidos por diversos motoristas. Entretanto, destacamos que todos possuem a devida Habilitação exigida para a condução do veículo.

9.1.7 Diariamente, ao término do último expediente, todos os veículos são recolhidos aos pátios ou garagens do IFBA, da Reitoria e campi ou local previamente determinado pela autoridade competente.

9.1.8 O pernoite de veículos em local diverso ocorre apenas em casos excepcionais, com autorização da autoridade competente.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os

apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.10.6

10.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.6.4 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.10 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;

10.11 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Cumprir fielmente, além da Lei nº 8.666/93, o estipulado no Edital, neste Termo de Referência e seus Anexos, na sua proposta e efetuar a confecção e a entrega do objeto na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e de sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

11.2 Cumprir fielmente esta norma, de forma que os serviços relacionados sejam executados com esmero e perfeição;

11.3 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários,

fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato, por todos e quaisquer danos materiais e morais causados à CONTRATANTE pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente.

11.4 Arcar com a responsabilidade civil pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à CONTRATANTE, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.5 Providenciar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a correção de falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do contrato, prestando os devidos esclarecimentos ao setor de fiscalização da CONTRATANTE;

11.6 Manter, durante toda a contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.7 Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhes inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões;

11.8 Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto do Contrato decorrente deste Termo de Referência, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente, independente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;

11.9 Cumprir e fazer cumprir por seus prepostos ou conveniados as leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto deste Termo de Referência, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão por eles realizadas;

11.10 Adotar todos os critérios de segurança, tanto para seus empregados, quanto para a execução dos serviços em si;

11.11 Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados na dependência da CONTRATANTE;

11.12 Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

11.13 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas através da presente contratação, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

11.14 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.15 Zelar pela boa e fiel execução dos serviços contratados;

11.16 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.17 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.18 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de

Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.19 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.20 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

11.21 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

11.22 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

11.23 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

11.24 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

11.25 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

11.26 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.27 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.28 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.29 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.30 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.31 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto

da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.32 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.33 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.34 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.35 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.36 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;

11.37 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

11.38 Prestar assistência 24 horas, em casos de panes ou acidentes, sem limite de quilometragem;

11.39 Em caso de sinistro que resulte em perda total do veículo segurado, a seguradora se obrigará ao pagamento de indenização, que deverá ser de 100% (cem por cento) do valor de mercado à época do sinistro, auferido mediante publicações da Fundação Instituto de Pesquisas;

11.40 Econômicas (FIPE), considerando-se a última publicação anterior à ocorrência do sinistro. E em caso de extinção ou interrupção da publicação da mesma, a tabela será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site www.molicar.com.br, com o mesmo percentual;

11.41 Em se tratando de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 dias a contar da data de recebimento pelo contratante, independentemente da quilometragem rodada no período. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro;

11.42 A franquia não se aplicará em caso de danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão e nos casos de perda total, de acordo com a Circular SUSEP n. 145, de 07 de novembro de 2000;

11.43 A apólice de seguro deverá obedecer todas as normas que regem a prestação de serviços de seguro, em especial, aquelas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP);

11.44 Deverá constar nas apólices, no mínimo:

11.44.1 Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;

11.44.2 Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de

publicação;

11.44.3 Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado;

11.44.4 Prêmios discriminados por cobertura:

11.44.4.1 100% Tabela FIPE (Colisão, incêndio, roubo/furto e eventos da Natureza), observando-se ainda as demais condições definidas nas observações abaixo:

a) RCF – Danos Materias a Terceiros – R\$100.000,00

b) RCF – Danos Corporais a Terceiros – R\$100.000,00

c) APP – Morte por passageiros – R\$50.000,00

d) APP – Invalidez por passageiros – R\$50.000,00

e) APP – Invalides permanente por passageiro – R\$50.000,00

11.44.5 Assistência 24 horas em todo território nacional;

11.44.6 Cobertura para todos os vidros, retrovisores, lanternas e faróis, com isenção de Franquia;

11.44.7 Assistência 24 horas, compreendendo: Guincho para reboque com quilometragem ilimitada, socorro mecânico/elétrico/ troca de pneus e chaveiro;

11.44.8 Transporte das pessoas seguradas, devido à imobilização, roubo e furto do veículo segurado, com quilometragem ilimitada;

11.44.9 Limites de indenização por cobertura, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

11.45 Dos Bônus:

11.45.1 A licitante vencedora, independente de ser ou não a atual Contratada, deverá observar os bônus existentes nas atuais apólices, conforme descrito no Anexo I - Frota do IFBA, deste Termo de Referência, elevando a bonificação para o período da vigência das apólices contratadas para o novo período.

11.46 Franquia aplicável:

11.46.1 Apresentar, sempre que solicitado pelo gestor do contrato, no prazo máximo estipulado no pedido, documentação referente às condições exigidas no instrumento contratual;

11.46.2 Disponibilizar, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, o serviço de atendimento a solicitações da CONTRATANTE, durante todo o período de vigência do contrato decorrente deste Termo de Referência;

11.46.3 Oferecer serviços de atendimento, através de ligação telefônica gratuita (0800), com atendimento em língua portuguesa e atendimento por endereço eletrônico.

11.46.4 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais da contratação.

11.46.5 Não repassar para outros a responsabilidade do cumprimento do objeto do contrato, ficando vedada, inclusive, qualquer subcontratação, mesmo que parcialmente.

11.46.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação.

11.47 Das vedações à Contratada:

11.47.1 É expressamente vedado à CONTRATADA:

11.47.1.1 Contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato;

11.47.1.2 Realizar publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993;

14.2. O representante do Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993;

14.3. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666/1993;

14.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidor, equipe de fiscalização desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

14.5. A fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto;

14.6. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

14.7. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

14.8. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de

desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

14.9. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

14.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência;

14.11. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

14.12. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, aplicável no que for pertinente à contratação;

14.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Boleto/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação mencionada na subcláusula anterior, da seguinte forma: 15.3.1. O CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

15.3.1.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal, Boleto ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406/2002).

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Boleto/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

16.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, o CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado. 16.3. O pagamento será efetuado pelo Contratante no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Boleto/Fatura.

16.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Boleto/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/1993.

16.4. A Nota Fiscal, Boleto ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/1993. 16.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3/2018.

16.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal, Boleto ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.5.1. O prazo de validade.

16.5.2. A data da emissão.

16.5.3. Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE.

16.5.4. O período de prestação dos serviços.

16.5.5. O valor a pagar.

16.5.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5.7. Dados bancários (banco, agência e conta).

16.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Boleto/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

16.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

16.11. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

16.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do CONTRATANTE.

16.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3/2018.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212/1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	--------------------	------------------------------------------------------

17. REAJUSTE

17.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.2 Após o interregno de um ano, a pedido da CONTRATADA, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I_0) / I_0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I_0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

17.3 . Na ausência de índice específico para o serviço em questão, foi utilizado o IPCA/IBGE;

17.4 O prazo para a CONTRATADA solicitar reajuste será de até 15 dias antes do término do contrato.

17.5 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.6 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

17.7 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.8 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.9 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.10 O reajuste será realizado por apostilamento.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

18.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

18.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

18.2.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

18.2.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

18.2.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

18.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na subcláusula 18.2., observada a legislação que rege a matéria.

18.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

18.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

18.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

18.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

18.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.10. Será considerada extinta a garantia:

18.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

18.10.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

18.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

18.12. A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA que:

19.1.1. Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação.

19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto.

19.1.3. Fraudar na execução do contrato.

19.1.4. Comportar-se de modo inidôneo.

19.1.5. Cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

19.2.2. Multa de:

19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na subcláusula anterior, ou de inexecução parcial da obrigação assumida.

19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, mais a diante.

19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.

19.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos. 19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

19.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista na subcláusula 19.2.4. também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

19.4. As multas poderão ser aplicadas à CONTRATADA em conjunto com as demais sanções, descontando-as dos pagamentos a serem efetuados.

19.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU		CORRESPONDÊNCIA	
1		0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato	

2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01

7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, incisos III e IV da Lei nº 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:

19.6.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

19.6.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

19.6.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em decorrência de atos ilícitos praticados.

19.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.

19.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.8.1. Caso o Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade

da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital, acrescentando-se a Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), atestando a regularidade para operar no mercado segurador brasileiro no ramo de seguro de veículos automotores.

20.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

20.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

20.3.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente. 20.3.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017. 20.3.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017. 20.3.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

20.3.2. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar Atestado de Vistoria Técnica assinado pelo servidor responsável, conforme modelo constante no Anexo IV deste Termo de Referência.

20.3.2.1. O Atestado de Vistoria Técnica poderá ser substituído por Declaração, conforme modelo constante no APÊNDICE VI deste Termo de Referência, emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará desse para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com o CONTRATANTE.

20.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

20.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

20.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

21.1. Os preços máximos aceitáveis para a contratação é de R\$ 286.155,67 (Duzentos e oitenta e seis mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e sete centavos)

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

22.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão 26427
Fonte 8100000000
Programa 171025
Natureza 339039 sub item 69
Plano Interno L20RLP0110R

23. DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DO PROCESSO

Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho 2002, Decreto nº 5.450, de 31 de maio 2005 aprova o presente Termo de Referência de procedimento Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico e autoriza a abertura do processo.



Documento assinado eletronicamente por **JAMILE ROSENDO DE OLIVEIRA**, **Chefe do Departamento de Administração**, em 25/10/2022, às 10:19, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDIELSON SOUZA DA SILVA**, **Coordenador(a) de Transporte**, em 25/10/2022, às 10:40, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2572931** e o código CRC **E05F8A54**.

										2022	ORÇAMENTOS					
	Campus	CNPJ	Placa	Modelo	Tipo de Veículo	Fabricante	Renavam	Chassi	Ano Fab	IDADE	GENTE SEGURADORA	PORTO SEGURO			Total	Média
1	REITORIA	10.764.307/0001-12	JJT-1650	ATEGO 1725 3EIXOS 2P	CAMINHÃO	MERCEDES	485801370	9BM958074BB813540	2011	11	R\$ 2.855,05	R\$ 4.933,48			R\$ 7.788,53	R\$ 3.894,27
2	REITORIA	10.764.307/0001-12	JSC-5839	6000 D 2	CAMINHÃO	AGRALE	131786393	9BYC2462V8C000951	2008	14	R\$ 1.493,76	R\$ 2.865,48			R\$ 4.359,24	R\$ 2.179,62
3	REITORIA	10.764.307/0001-12	JSD-2648	207 SEDAN PASSION XR SPORT 1.4	PAS/AUTOMÓVEL	PEUGEOT	135705061	9362NKF09B027535	2009	13	R\$ 1.166,39	R\$ 1.291,71			R\$ 2.458,10	R\$ 1.229,05
4	REITORIA	10.764.307/0001-12	JSF-4585	VOLARE (EXECUTIVO W9) (DIESEL) (LABORATÓRIO)	MICRO-ÔNIBUS	MARCOPOLO	141999055	93PB40E3P9C026822	2008	14	R\$ 2.202,38	R\$ 3.400,27			R\$ 5.602,65	R\$ 2.801,33
5	REITORIA	10.764.307/0001-12	NTQ-2838	CENTRA S 2.0 FLEX FUEL 16V	PAS/AUTOMÓVEL	NISSAN	230807844	3N1AB6AD8AL637938	2009	13	R\$ 4.454,84	R\$ 1.537,30			R\$ 5.992,14	R\$ 2.996,07
6	REITORIA	10.764.307/0001-12	OLE-8638	FRONTIER LE CD 4X4 2.5 TB DIESEL	PICK-UP	NISSAN	529498120	94DVCUD40DJ582847	2013	9	R\$ 3.163,74	R\$ 2.711,13			R\$ 5.874,87	R\$ 2.937,44
7	REITORIA	10.764.307/0001-12	OUK-8143	FRONTIER XE CD 4X4 2.5 TB DIESEL	PICK-UP	NISSAN	552668788	94DVCUD40EJ653973	2013	9	R\$ 5.718,69	R\$ 3.161,80			R\$ 8.880,49	R\$ 4.440,25
8	REITORIA	10.764.307/0001-12	OUL-9378	FRONTIER XE CD 4X4 2.5 TB DIESEL	PICK-UP	NISSAN	550929274	94DVCUD40EJ653827	2013	9	R\$ 1.020,66	R\$ 3.161,80			R\$ 4.182,46	R\$ 2.091,23
9	REITORIA / C. SSA / Projeto	10.764.307/0001-12	OUW-6265	BOXER 2.3 MINIBUS 16L TB DIESEL	VAN	PEUGEOT	597982058	936ZBWMMBE2122007	2013	9	R\$ 2.448,10	R\$ 3.503,67			R\$ 5.951,77	R\$ 2.975,89
10	REITORIA	10.764.307/0001-12	PKH-5330	ATEGO 2426 6X2 2P (E5)	CAMINHÃO	MERCEDES	1109813934	9BM958094EB945656	2014	8	R\$ 2.855,05	R\$ 6.333,13			R\$ 9.188,18	R\$ 4.594,09
	Total Reitoria										R\$ 27.378,66	R\$ 32.899,77			R\$ 60.278,43	R\$ 30.139,22
11	REITORIA / Polo de Inovação Salvador - PIS	10.764.307/0001-12	JRF-5928	RANGER XL 13P	PICK-UP	FORD	957843828	8AFER13P98J135096	2007	14	R\$ 1.388,15	R\$ 2.177,37			R\$ 3.565,52	R\$ 1.782,76
	Total Polo de Inovação										R\$ 1.388,15	R\$ 2.177,37			R\$ 3.565,52	R\$ 1.782,76
12	REITORIA / CAMPUS LAURO DE FREITAS	10.764.307/0001-12	JRF1958	GOL 1.0	PAS/AUTOMÓVEL	VOLKSWAGEN	957844719	9BWCA05W88T184711	2008	13	R\$ 2.751,58	R\$ 1.130,32			R\$ 3.881,90	R\$ 1.940,95
	Total Lauro de Freitas										R\$ 2.751,58	R\$ 1.130,32			R\$ 3.881,90	R\$ 1.940,95
13	REITORIA / CAMPUS UBAITABA	13.941.232/0001-96	JKZ8694	KIA BESTA GS GRAND	MICRO-ÔNIBUS	KIA MOTORS	748605312	KNHTS732217028539	2000	21	R\$ 2.058,99	R\$ 1.508,11			R\$ 3.567,10	R\$ 1.783,55
14	REITORIA / CAMPUS UBAITABA	10.764.307/0001-12	PLK7513	L200 TRITON SPT GL	PICK-UP	MITSUBISHI	1176405290	93XLJKL1TKCJ17110	2018	3	R\$ 1.020,66	R\$ 3.689,23			R\$ 4.709,89	R\$ 2.354,95
15	REITORIA / CAMPUS UBAITABA	10.764.307/0001-12	JLL6560	STRADA WORKING	PICK-UP	FIAT	502276347	9BD27805MD7613324	2012	9	R\$ 2.967,41	R\$ 2.309,88			R\$ 5.277,29	R\$ 2.638,65
	Total Ubaitaba										R\$ 6.047,06	R\$ 7.507,22			R\$ 13.554,28	R\$ 6.777,14
16	REITORIA / CAMPUS EUCLIDES DA CUNHA	10.764.307/0001-12	JRF – 4646	GOL CITY (TREND) 1.0 MI TOTAL FLEX	PAS/AUTOMÓVEL	VOLKSWAGEN	957845758	9BWCA05W38P094956	2007	14	R\$ 1.966,12	R\$ 1.130,32			R\$ 3.096,44	R\$ 1.548,22
17	REITORIA / CAMPUS EUCLIDES DA CUNHA	10.764.307/0001-12	HJW – 6323	RANGER XLS 3.0 PSE 163CV 4X4	PICK-UP	FORD	122432541	8AFER13P39J217214	2008	13	R\$ 1.547,99	R\$ 2.309,88			R\$ 3.857,87	R\$ 1.928,94
	Total Euclides										R\$ 3.514,11	R\$ 3.440,20			R\$ 6.954,31	R\$ 3.477,16
								Total da Reitoria			R\$ 41.079,56	R\$ 47.154,86			R\$ 88.234,44	R\$ 44.117,22
18	CAMPUS SEABRA	10.764.307/0016-07	JSH-3131	MA 8.5 T (URBAN)	MICRO-ÔNIBUS	AGRALE	144921600	9BYC32Y139C001370	2009	12	R\$ 2.686,60	R\$ 5.001,39			R\$ 7.687,99	R\$ 3.844,00
19	CAMPUS SEABRA	“	JQS-6657	UNO MILLE 1.0 F	PAS/AUTOMÓVEL	FIAT	923135685	9BD15822784965164	2007	14	R\$ 2.855,05	R\$ 1.179,51			R\$ 4.034,56	R\$ 2.017,28
20	CAMPUS SEABRA	“	NZQ-0149	SPRINTER 413 CDI FU	MICRO-ÔNIBUS	MERCEDES	455048541	8AC904663CE056424	2012	9	R\$ 4.965,64	R\$ 2.975,25			R\$ 7.940,89	R\$ 3.970,45
21	CAMPUS SEABRA	“	OKY-4833	SPACEFOX SPORTL	PAS/AUTOMÓVEL	VOLKSWAGEN	505594374	8AWPB45Z5DA517259	2012	9	R\$ 2.124,63	R\$ 1.708,32			R\$ 3.832,95	R\$ 1.916,48
22	CAMPUS SEABRA	“	OKY-4459	AMAROK CD 2.0 4x4 SE	PICK-UP	VOLKSWAGEN	505595354	VW1DB42HXDA006710	2012	9	R\$ 4.342,85	R\$ 2.908,07			R\$ 7.250,92	R\$ 3.625,46
								Total Seabra			R\$ 16.974,77	R\$ 13.772,54			R\$ 30.747,31	R\$ 15.373,66
23	CAMPUS ILHÉUS	“	NZQ3239	BOXER	VAN	PEUGEOT	456292616	936ZBXMMBC2081421	2011	10	R\$ 4.428,33	R\$ 3.300,07			R\$ 7.728,40	R\$ 3.864,20
24	CAMPUS ILHÉUS	“	OUZ6989	VOLARE DW9 ON	MICRO-ÔNIBUS	MARCOPOLO	621480959	93PB49P31EC050852	2013	8	R\$ 2.448,10	R\$ 4.904,13			R\$ 7.352,23	R\$ 3.676,12
25	CAMPUS ILHÉUS	“	OZQ5120	VW AMAROK CD	PICK-UP	VOLKSWAGEN	1023374940	VW1DD42H2EA052527	2014	7	R\$ 2.979,89	R\$ 2.971,23			R\$ 5.951,12	R\$ 2.975,56
								Total Ilhéus			R\$ 9.856,32	R\$ 11.175,43			R\$ 21.031,75	R\$ 10.515,88
26	CAMPUS JEQUIÉ	10.764.307/0012-75	NZQ3739	BOXER 2.3 FURG.TB DIES. MÉD – M330M	VAN	PEUGEOT	456106669	936ZBXMMBC2080958	2012	9	R\$ 2.716,45	R\$ 3.300,07			R\$ 6.016,52	R\$ 3.008,26
27	CAMPUS JEQUIÉ	“	OLE4455	FRONTIER LE CD 4X4 2.5 TB	PICK-UP	NISSAN	527138452	94DVCUD40DJ582561	2013	8	R\$ 4.383,18	R\$ 3.008,31			R\$ 7.391,49	R\$ 3.695,75

											R\$ 7.099,63	R\$ 6.308,38		R\$ 13.408,01	R\$ 6.704,01
28	CAMPUS BARREIRAS	10.764.307/0009-70	JRP-1439	MA 8,5 T URB O500R NEOBUS SROD	MICRO-ÔNIBUS	AGRALE	977991768	9BYC22Y1S8C004382	2008	13	R\$ 3.800,00	R\$ 4.208,29		R\$ 8.008,29	R\$ 4.004,15
29	CAMPUS BARREIRAS	10.764.307/0009-70	NTL-6557	TRANSIT 350L BUS	ÔNIBUS	MERCEDES	216420970	9BM382176AB700189	2010	11	R\$ 5.190,23	R\$ 5.747,88		R\$ 10.938,11	R\$ 5.469,06
30	CAMPUS BARREIRAS	10.764.307/0009-70	HNN-8129	LOGAN EXP 16HP	MICRO-ÔNIBUS	FORD	500955050	WF0DXPTCFCTK87555	2012	9	R\$ 2.687,33	R\$ 2.976,07		R\$ 5.663,40	R\$ 2.831,70
31	CAMPUS BARREIRAS	10.764.307/0009-70	OUG-3843	SAVEIRO 1.6 CS	PAS/AUTOMÓVE L	RENAULT	537649581	93YLSR76HDJ634250	2013	8	R\$ 1.332,93	R\$ 1.476,15		R\$ 2.809,08	R\$ 1.404,54
32	CAMPUS BARREIRAS	10.764.307/0009-70	NYJ-8084	HILUX CD4X4	PICK-UP	VOLKSWAGE N	270624619	9BWK05U9BP112570	2010	11	R\$ 1.493,76	R\$ 1.787,80		R\$ 3.281,56	R\$ 1.640,78
33	CAMPUS BARREIRAS	10.764.307/0009-70	NYJ-7032		PICK-UP	TOYOTA	270621237	8AJFR22G4B4546669	2010	11	R\$ 2.855,05	R\$ 3.092,06		R\$ 5.947,11	R\$ 2.973,56
											R\$ 17.359,30	R\$ 19.288,25		R\$ 36.647,55	R\$ 18.323,78
34	CAMPUS VALENÇA	10.764.307/0003-84	JPZ-4149	VOLARE W8	MICRO-ÔNIBUS	MARCOPOLO	843969954	93PB12B3P5C014157	2005	16	R\$ 2.471,57	R\$ 2.737,13		R\$ 5.208,70	R\$ 2.604,35
35	CAMPUS VALENÇA	10.764.307/0003-84	OVA-4955	COMIL CAMPIONE R 3.65	ÔNIBUS	COMIL	995533270	9BVT2S928EE383973	2014	7	R\$ 4.655,21	R\$ 5.155,39		R\$ 9.810,60	R\$ 4.905,30
36	CAMPUS VALENÇA	10.764.307/0003-84	JPZ-5503	GOL 1.0 MI POWER TOTAL FLEX 8V 4P	PAS/AUTOMÓVE L	VOLKSWAGE N	860720470	9BWCA05X75T181478	2005	16	R\$ 1.275,91	R\$ 1.046,25		R\$ 2.322,16	R\$ 1.161,08
37	CAMPUS VALENÇA	10.764.307/0003-84	NYN-6393	FIESTA SEDAN 1.6 8V FLEX 4P	PAS/AUTOMÓVE L	FORD	282521348	9BFZF54P5B8119103	2010	11	R\$ 1.587,49	R\$ 1.413,00		R\$ 3.000,49	R\$ 1.500,25
38	CAMPUS VALENÇA	10.764.307/0003-84	OKT-4283	GRAND LIVINA 1.8 SL 16v FLEX FUEL 5P AUT.	PAS/AUTOMÓVE L	NISSAN	497460882	94DJBAL10DJ223265	2012	9	R\$ 5.279,79	R\$ 1.758,06		R\$ 7.037,85	R\$ 3.518,93
39	CAMPUS VALENÇA	10.764.307/0003-84	PJN-2324	FRONTIER S CD 4X2 2.5 TB DIESEL	PICK-UP	NISSAN	1064212040	94DVCUD40FJ790039	2015	6	R\$ 2.202,38	R\$ 3.303,01		R\$ 5.505,39	R\$ 2.752,70
40	CAMPUS VALENÇA	10.764.307/0003-84	OZP-5085	SPRINTER CDI 515	VAN	MERCEDES	1023384024	8AC906657EE096265	2014	7	R\$ 944,75	R\$ 2.999,70		R\$ 3.944,45	R\$ 1.972,23
											R\$ 18.417,10	R\$ 18.412,54		R\$ 36.829,64	R\$ 18.414,82
41	CAMPUS SANTO AMARO	10.764.307/0007-08	JSD - 5456	206 14 SENSAT	PAS/AUTOMÓVE L	PEUGEOT	135755573	9362AKFW98B082818	2008	13	R\$ 1.065,07	R\$ 1.184,98		R\$ 2.250,05	R\$ 1.125,03
42	CAMPUS SANTO AMARO	10.764.307/0007-08	JQS - 6603	GOL 1.6	PAS/AUTOMÓVE L	VOLKSWAGE N	916336530	9BWC05W67T085106	2007	14	R\$ 4.516,15	R\$ 1.114,30		R\$ 5.630,45	R\$ 2.815,23
43	CAMPUS SANTO AMARO	10.764.307/0007-08	OKU - 8613	HILUX MA 8.5 T (Urbano) 24p	PICK-UP	TOYOTA	499595610	8AJFY29G4D8516690	2013	8	R\$ 1.006,19	R\$ 3.795,78		R\$ 4.801,97	R\$ 2.400,99
44	CAMPUS SANTO AMARO	10.764.307/0007-08	NZR - 8243		MICRO-ÔNIBUS	AGRALE	457951699	9BYC32Y13CC001698	2012	9	R\$ 3.427,52	R\$ 4.809,46		R\$ 8.236,98	R\$ 4.118,49
											R\$ 10.014,93	R\$ 10.904,52		R\$ 20.919,45	R\$ 10.459,73
45	CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE JESUS	10.764.307/0019-41	JRF1379	PALIO ELX FLEX	PAS/AUTOMÓVE L	FIAT	957842830	9BD17140A85191563	2008	13	R\$ 993,70	R\$ 3.286,24		R\$ 4.279,94	R\$ 2.139,97
46	CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE JESUS	10.764.307/0019-41	NYV-9326	RANGER XL 3.0 PSE 163CV 4X4 CS	PICK-UP	FORD	327659890	8AFER13P6BJ411287	2011	11	R\$ 3.506,40	R\$ 2.439,01		R\$ 5.945,41	R\$ 2.972,71
47	CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE JESUS	10.764.307/0019-41	JQA7H04	S10 CABINE DUPLA	PICK-UP	CHEVROLET	792944283	9BG138BC03C402507	2002	19	R\$ 4.548,83	R\$ 2.280,22		R\$ 6.829,05	R\$ 3.414,53
											R\$ 9.048,93	R\$ 8.005,47	R\$ 0,00	R\$ 17.054,40	R\$ 8.527,20
48	CAMPUS SALVADOR	10.764.307/0002-01	JPZ-4984	COURIER	PICK-UP	FORD	847279367	9BFNSZPPA5B970990	2004	17	R\$ 1.332,47	R\$ 1.348,75		R\$ 2.681,22	R\$ 1.340,61
49	CAMPUS SALVADOR	10.764.307/0002-01	JPZ-5507	COURIER	AMBULÂNCIA	FORD	861146514	9BFNSZPPA5B973775	2005	16	R\$ 2.589,42	R\$ 1.403,56		R\$ 3.992,98	R\$ 1.996,49
50	CAMPUS SALVADOR	10.764.307/0002-01	JQS-6555	VOLARE EXECUTIVO W9 (DIESEL)	MICRO-ÔNIBUS	MARCOPOLO	914204912	93PB40E3P6C019140	2006	15	R\$ 4.282,40	R\$ 2.867,64		R\$ 7.150,04	R\$ 3.575,02
51	CAMPUS SALVADOR	10.764.307/0002-01	JQX-9883	GOL 1.6	PAS/AUTOMÓVE L	VOLKSWAGE N	916322297	9BWC05W57P080455	2007	14	R\$ 1.006,19	R\$ 1.114,30		R\$ 2.120,49	R\$ 1.060,25
52	CAMPUS SALVADOR	10.764.307/0002-01	JSD-6704	PEUGEOT 206 1.4 SENSAT FX	PAS/AUTOMÓVE L	PEUGEOT	135607531	9362AKFW98B083839	2008	13	R\$ 1.070,02	R\$ 1.184,98		R\$ 2.255,00	R\$ 1.127,50
53	CAMPUS SALVADOR	10.764.307/0002-01	NYI-6473	PARATI 1.6	PAS/AUTOMÓVE L	VOLKSWAGE N	266605770	9BWGB05WXBP05599 6	2010	11	R\$ 4.970,90	R\$ 1.475,64		R\$ 6.446,54	R\$ 3.223,27
54	CAMPUS SALVADOR	10.764.307/0002-01	NYQ-7298	RANGER XL 13P	PICK-UP	FORD	308484363	8AFER13P8BJ387316	2010	11	R\$ 1.065,07	R\$ 2.439,01		R\$ 3.504,08	R\$ 1.752,04
55	CAMPUS SALVADOR	10.764.307/0002-01	NYR-6694	COMIL	MICRO-ÔNIBUS	AGRALE	313063834	9BYC32Y13BC001543	2010	11	R\$ 2.280,78	R\$ 4.728,83		R\$ 7.009,61	R\$ 3.504,81
56	CAMPUS SALVADOR	10.764.307/0002-01	NZL-4454	SPRINTER	MICRO-ÔNIBUS	MERCEDES	409567914	8AC904663CE054237	2011	10	R\$ 2.686,60	R\$ 2.975,25		R\$ 5.661,85	R\$ 2.830,93
57	CAMPUS SALVADOR	10.764.307/0002-01	NZV-5524	MASCARELO	ÔNIBUS	VOLVO	464832330	9BVR2J723CE381438	2011	10	R\$ 1.493,76	R\$ 5.504,99		R\$ 6.998,75	R\$ 3.499,38
58	CAMPUS SALVADOR	10.764.307/0002-01	NZV-9203	RANGER XL 13P	PICK-UP	FORD	464830800	8AFER13P7CJ00286	2011	10	R\$ 4.810,68	R\$ 2.525,84		R\$ 7.336,52	R\$ 3.668,26
59	CAMPUS SALVADOR	10.764.307/0002-01	OUZ-1341	GOL (NOVO) 1.6	PAS/AUTOMÓVE L	VOLKSWAGE N	992752078	9BWB45U9ET142764	2013	8	R\$ 1.493,76	R\$ 1.654,26		R\$ 3.148,02	R\$ 1.574,01
60	CAMPUS SALVADOR	10.764.307/0002-01	OUZ-4942	GOL (NOVO) 1.6	PAS/AUTOMÓVE L	VOLKSWAGE N	992750806	9BWB45U3ET143103	2013	8	R\$ 1.217,90	R\$ 1.654,26		R\$ 2.872,16	R\$ 1.436,08

											R\$ 30.299,95	R\$ 30.877,31		R\$ 61.177,26	R\$ 30.588,63
61	CAMPUS JUAZEIRO	10.764.307/0020-85	OVA 7480	GOL 1.6	PAS/AUTOMÓVE L	VOLKSWAGE N	994564635	9BWAB45U3ET142968	2013	8	R\$ 2.337,40	R\$ 2.309,88		R\$ 4.647,28	R\$ 2.323,64
62	CAMPUS JUAZEIRO	10.764.307/0020-85	OML 3845	STRADA WORKING	PICK-UP	FIAT	489209823	9BD27805MD7559982	2012	9	R\$ 1.402,38	R\$ 1.553,06		R\$ 2.955,44	R\$ 1.477,72
63	CAMPUS JUAZEIRO	10.764.307/0020-85	JSG 8315	BOXER JAEDI TUR	MICRO-ÔNIBUS	PEUGEOT	143504878	936ZCPMNC92037665	2008	13	R\$ 1.940,76	R\$ 2.588,54		R\$ 4.529,30	R\$ 2.264,65
											R\$ 5.680,54	R\$ 6.451,48		R\$ 12.132,02	R\$ 6.066,01
64	CAMPUS SIMÕES FILHO	10.764.307/0006-27	HIG-3757	RANGER XLS 3.0	PICK-UP	FORD	184192609	8AFER13P5AJ300888	2009	12	R\$ 2.625,93	R\$ 3.161,80		R\$ 5.787,73	R\$ 2.893,87
65	CAMPUS SIMÕES FILHO	10.764.307/0006-27	OUL-0737	FRONTIER S 4X4	PICK-UP	NISSAN	551477431	94DVCUD40EJ654150	2013	8	R\$ 1.070,02	R\$ 2.352,90		R\$ 3.422,92	R\$ 1.711,46
66	CAMPUS SIMÕES FILHO	10.764.307/0006-27	NZS-5943	AGRALE/COMIL PIA ROD O	MICRO-ÔNIBUS	AGRALE	457968478	9BYC32Y13CC001701	2011	10	R\$ 1.542,58	R\$ 5.499,17		R\$ 7.041,75	R\$ 3.520,88
											R\$ 5.238,53	R\$ 11.013,87		R\$ 16.252,40	R\$ 8.126,20
67	CAMPUS PORTO SEGURO	10.764.307/0001-12	OLA 7862	VOLARE V8L 4X4 EO	MICRO-ÔNIBUS	MARCOPOLO	512638594	93PB58M1MDC044851	2012	9	R\$ 2.202,38	R\$ 4.742,52		R\$ 6.944,90	R\$ 3.472,45
68	CAMPUS PORTO SEGURO	10.764.307/0005-46	PJA 1973	SPRINTER 415 CDI	VAN	MERCEDES	1039061173	8AC906657EE098135	2014	7	R\$ 1.571,91	R\$ 3.287,00		R\$ 4.858,91	R\$ 2.429,46
69	CAMPUS PORTO SEGURO	13.941.232/0001-96	NTD 9946	L200 OUTDOOR	PICK-UP	MITSUBISHI	197970621	93XPNK740ACA65755	2010	11	R\$ 4.270,04	R\$ 2.218,63		R\$ 6.488,67	R\$ 3.244,34
70	CAMPUS PORTO SEGURO	10.764.307/0005-46	PJP 6516	SANDERO DYNAMIQUE 1.6	PAS/AUTOMÓVE L	RENAULT	1069011301	93Y5SRD64GJ962765	2015	6	R\$ 1.267,39	R\$ 1.740,80		R\$ 3.008,19	R\$ 1.504,10
71	CAMPUS PORTO SEGURO	13.941.232/0001-96	JSH 0889	COMIL PIÁ MA 8.5T 24 P	MICRO-ÔNIBUS	AGRALE	145435563	9BYC32Y139C001374	2009	12	R\$ 2.003,38	R\$ 5.327,56		R\$ 7.330,94	R\$ 3.665,47
											R\$ 11.315,10	R\$ 17.316,51		R\$ 28.631,61	R\$ 14.315,81
72	CAMPUS IRECÊ	10.764.307/0013-56	OUO 8438	FRONTIER XE4x4, ANO 2013/2013 - NISSAN	PICK-UP	NISSAN	567805387	94DVCUD40DJ585799	2013	8	R\$ 4.437,39	R\$ 2.711,13		R\$ 7.148,52	R\$ 3.574,26
73	CAMPUS IRECÊ	10.764.307/0013-57	NZQ 7967	BOXER M 330M 23S, ANO 2011/2012	VAN	PEUGEOT	456030867	936ZBXMNBC2081509	2011	10	R\$ 1.493,76	R\$ 3.300,07		R\$ 4.793,83	R\$ 2.396,92
74	CAMPUS IRECÊ	10.764.307/0013-58	OUY1195	NOVO GOL G6 1.6, ANO 2013/2014	PAS/AUTOMÓVE L	VOLKSWAGE N	991984390	9BWAB45U6ET151924	2013	8	R\$ 2.448,10	R\$ 1.654,26		R\$ 4.102,36	R\$ 2.051,18
75	CAMPUS IRECÊ	10.764.307/0013-59	PJB 2237	MA 9.2 10T, Euro V 28P.	MICRO-ÔNIBUS	AGRALE	1040726086	9BYC75A1AFC000249	2013	8	R\$ 4.449,52	R\$ 4.927,60		R\$ 9.377,12	R\$ 4.688,56
											R\$ 12.828,77	R\$ 12.593,06		R\$ 25.421,83	R\$ 12.710,92
76	CAMPUS BRUMADO	10.764.307/0018-60	OKZ 2924	L200 TRITON 3.2 Diesel Mec.	PICK-UP	MITSUBISHI	508567980	93XJNKB8TDC64548	2012	9	R\$ 1.361,80	R\$ 3.047,22		R\$ 4.409,02	R\$ 2.204,51
77	CAMPUS BRUMADO	10.764.307/0018-60	OUZ 2687	FLUENCE DYNAMIQUE 2.0 16V mec.	PAS/AUTOMÓVE L	RENAULT	993278965	8A1LZBW26EL984400	2013	8	R\$ 3.331,30	R\$ 1.714,31		R\$ 5.045,61	R\$ 2.522,81
78	CAMPUS BRUMADO	10.764.307/0018-60	OZD 5731	VOLARE EXECUTIVO W8	MICRO-ÔNIBUS	MARCOPOLO	1005830336	93PB12N32EC052153	2014	7	R\$ 2.085,78	R\$ 5.037,57		R\$ 7.123,35	R\$ 3.561,68
											R\$ 6.778,88	R\$ 9.799,10		R\$ 16.577,98	R\$ 8.288,99
79	CAMPUS FEIRA DE SANTANA	10.764.307/0015-18	NZR-4797	BOXER 2.3 FURG.	VAN	PEUGEOT	456898298	936ZBXMNBC2081600	2012	9	R\$ 1.668,13	R\$ 3.300,07		R\$ 4.968,20	R\$ 2.484,10
80	CAMPUS FEIRA DE SANTANA	10.764.307/0015-18	OLE-8773	FRONTIER LE CD	PICK-UP	NISSAN	529501880	94DVCUD40DJ585532	2013	8	R\$ 1.976,26	R\$ 2.711,13		R\$ 4.687,39	R\$ 2.343,70
81	CAMPUS FEIRA DE SANTANA	10.764.307/0015-18	JKP-5790	LIVINA GRAND SL	MINI VAN	NISSAN	551981164	94DJBAL10EJ755592	2013	8	R\$ 1.275,91	R\$ 1.847,37		R\$ 3.123,28	R\$ 1.561,64
											R\$ 4.920,30	R\$ 7.858,57		R\$ 12.778,87	R\$ 6.389,44
82	CAMPUS PAULO AFONSO	10.764.307/0011-94	OLF5334	MARCOPOLO/VOLARE W9 ON	ÔNIBUS	MARCOPOLO	531996972	93PB40N31DC046702	2013	8	R\$ 2.979,89	R\$ 4.914,16		R\$ 7.894,05	R\$ 3.947,03
83	CAMPUS PAULO AFONSO	10.764.307/0001-12	OUL4756	NISSAN/FRONTIER S 4X4 / 2014	PICK-UP	NISSAN	551478390	94DVCUD40EJ653855	2013	8	R\$ 2.855,05	R\$ 3.161,80		R\$ 6.016,85	R\$ 3.008,43
84	CAMPUS PAULO AFONSO	13.941.232/0001-96	JPY6068	FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX 2008	PAS/AUTOMÓVE L	FIAT	922687390	9BD15822784967714	2007	14	R\$ 2.968,09	R\$ 1.179,51		R\$ 4.147,60	R\$ 2.073,80
											R\$ 8.803,03	R\$ 9.255,47		R\$ 18.058,50	R\$ 9.029,25
85	CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA	10.764.307/0004-65	OUY3290	NOVO GOL 1.6	PAS/AUTOMÓVE L	VOLKSWAGE N	687231906	9BWAB45U8ET143713	2013	8	R\$ 2.645,21	R\$ 1.654,26		R\$ 4.299,47	R\$ 2.149,74
86	CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA	10.764.307/0004-65	OUY4194	NOVO GOL 1.6	PAS/AUTOMÓVE L	VOLKSWAGE N	688055222	9BWAB45U7ET143279	2013	8	R\$ 2.610,58	R\$ 1.654,26		R\$ 4.264,84	R\$ 2.132,42

87	CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA	10.764.307/0004-65	NYH1547	FORD RANGER XL 13P	PICK-UP	FORD	259560960	8AFER13P8BJ348533	2010	11	R\$ 2.708,66	R\$ 2.439,01		R\$ 5.147,67	R\$ 2.573,84
88	CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA	10.764.307/0004-65	OKZ7389	L200 TRITON 3.2 D	PICK-UP	MITSUBISHI	508495032	93XJNKB8TDCC64543	2012	9	R\$ 3.070,37	R\$ 2.891,07		R\$ 5.961,44	R\$ 2.980,72
89	CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA	10.764.307/0004-65	NZQ-2366	VOLARE W9 ON	ÔNIBUS	MARCOPOLO	455072329	93PB40E31CC040785	2011	10	R\$ 1.493,76	R\$ 3.883,14		R\$ 5.376,90	R\$ 2.688,45
90	CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA	13.941.232/0001-96	JSH4235	COMIL PIA	ÔNIBUS	AGRALE	144923564	9BYC32Y139C001375	2009	12	R\$ 2.982,55	R\$ 5.847,07		R\$ 8.829,62	R\$ 4.414,81
91	CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA	10.764.307/0004-65	NZQ8454	M.BENZ413CDI SPRINTERM	MICRO-ÔNIBUS	MERCEDES	455077371	8AC904663CE055134	2011	10	R\$ 2.587,47	R\$ 2.975,25		R\$ 5.562,72	R\$ 2.781,36
92	CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA	13.941.232/0001-96	JRP2465	VOLARE V6 MO	MICRO-ÔNIBUS	MARCOPOLO	982701063	93PB38D308C024383	2008	13	R\$ 2.686,60	R\$ 2.929,42		R\$ 5.616,02	R\$ 2.808,01
											R\$ 20.785,20	R\$ 24.273,48		R\$ 45.058,68	R\$ 22.529,34
93	CAMPUS CAMAÇARI	10.764.307/0008-99	JSH9659	COMIL PIA	ÔNIBUS	AGRALE	144922398	9BYC32Y139C001371	2009	12	R\$ 4.024,67	R\$ 4.457,09		R\$ 8.481,76	R\$ 4.240,88
94	CAMPUS CAMAÇARI	10.764.307/0008-99	OUL4471	FRONTIER 4X4	PICK-UP	NISSAN	550905030	94DVCUD40EJ648971	2013	8	R\$ 2.792,07	R\$ 3.161,80		R\$ 5.953,87	R\$ 2.976,94
95	CAMPUS CAMAÇARI	10.764.307/0008-99	OV7117	GOL 1.6	PAS/AUTOMÓVEL	VOLKSWAGEN	997197935	9BWAB45U7ET151673	2013	8	R\$ 1.614,35	R\$ 1.654,26		R\$ 3.268,61	R\$ 1.634,31
											R\$ 8.431,09	R\$ 9.273,15		R\$ 17.704,24	R\$ 8.852,12
96	CAMPUS EUNÁPOLIS	10764307/0010-03	OV7259	VOLVO/COMIL CAMPIONE R	ÔNIBUS	VOLVO	995606579	9BVT2S92XEE383974	2013	9	R\$ 2.546,31	R\$ 4.822,76		R\$ 7.369,07	R\$ 3.684,54
97	CAMPUS EUNÁPOLIS	10764307/0010-03	NTK 1455	MMC/L200 4X4 GL	PICK-UP	MITSUBISHI	213121468	93XGNK740ACA66285	2010	12	R\$ 2.682,96	R\$ 2.188,60		R\$ 4.871,56	R\$ 2.435,78
98	CAMPUS EUNÁPOLIS	10764307/0010-03	NYJ 8256	FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX	PAS/AUTOMÓVEL	FORD	271326042	9BFZF54P5B8127623	2010	12	R\$ 2.979,89	R\$ 1.413,00		R\$ 4.392,89	R\$ 2.196,45
99	CAMPUS EUNÁPOLIS	10764307/0010-03	HIG 5351	FIAT/DUCATO MINIBUS	VAN	FIAT	194192539	93W245L34A2051451	2010	12	R\$ 4.354,85	R\$ 2.819,89		R\$ 7.174,74	R\$ 3.587,37
100	CAMPUS EUNÁPOLIS	10764307/0010-03	JSH 1737	AGRALE/COMIL PIA O	MICRO-ÔNIBUS	COMIL	144920778	9BYC32Y139C001373	2009	13	R\$ 4.024,67	R\$ 4.457,09		R\$ 8.481,76	R\$ 4.240,88
101	CAMPUS EUNÁPOLIS	10764307/0010-03	RCS 0H02	AIRCROSS LIVE MT	PAS/AUTOMÓVEL	CITROEN	1236943535	935SUNFN1LB543622	2020	2	R\$ 2.085,78	R\$ 2.149,29		R\$ 4.235,07	R\$ 2.117,54
											R\$ 18.674,46	R\$ 17.850,63		R\$ 36.525,09	R\$ 18.262,55
102	CAMPUS JACOBINA	10.764.307/0001-12	OLD-5468	FRONTIER XE 4X4	PICK-UP	NISSAN	526155558	94DVCUD40DJ582319	2013	8	R\$ 1.958,32	R\$ 2.711,13		R\$ 4.669,45	R\$ 2.334,73
103	CAMPUS JACOBINA	13.941.232/0001-96	JRG-3658	VW/Comil Campione R	ÔNIBUS	VOLKSWAGEN	957847076	9BWHB82Z18R819488	2007	14	R\$ 2.448,10	R\$ 4.854,13		R\$ 7.302,23	R\$ 3.651,12
104	CAMPUS JACOBINA	13.941.232/0001-96	HJW-6324	RANGER XLS 12P	PICK-UP	FORD	122438876	8AFER12P29J211261	2008	13	R\$ 2.979,89	R\$ 2.168,73		R\$ 5.148,62	R\$ 2.574,31
											R\$ 7.386,31	R\$ 9.733,99		R\$ 17.120,30	R\$ 8.560,15
Total geral											R\$ 270.992,70	R\$ 301.318,63		R\$ 572.311,33	R\$ 286.155,67

R\$ 286.155,67

ANEXO II
UNIDADES DO IFBA

	UNIDADES	CNPJ QUE DEVERÁ SER EMITIDA A APÓLICE	CEP	Tipo de Logradouro	Logradouro	Número	Complemento	Bairro	Cidade	Estado	TELEFONE
1	Reitoria	10.764.307/0001-12	40150110	Avenida	Araujo Pinho	39		Canela	Salvador	BA	71 2103 0484
	Campus Euclides da Cunha		48500000	Avenida	Renato Campos	900	BR 116 - km 220	Nossa Senhora Conceição	Euclides da Cunha	BA	75 3281 9428
	Campus Lauro de Freitas		42739005	Avenida	São Cristovão	s/n	Espaço Cidade Cidadã	Itinga	Lauro de Freitas	BA	71 2103 0844
	Polo de Inovação Salvador		41745715	Rua	Mundo	121	Pq. Tecnológico da Bahia	Trobogy	Salvador	BA	71 3221 0397
	Campus Ubaitaba		45545000	Rua	Renato Laport	s/n	KM 57,5	centro	Ubaitaba	BA	73 3230 1772
2	Campus Barreiras	10.764.307/0009-70	47808006	Rua	Gileno de Sá Oliveira	271		Recanto do Passaros	Barreiras	BA	77 3612 9650
3	Campus Brumado	10.764.307/0018-60	46100000	Rua	Francisco Manuel da Cruz	s/n		São José	Brumado	BA	77 3441 1607
4	Campus Camaçari	10.764.307/0008-99	42802590	Loteamento	Espaço Alpha	s/n		Limoeiro	Camaçari	BA	71 3649 8625
5	Campus Eunápolis	10.764.307/0010-03	45823431	Avenida	David Jonas Fadini	s/n		Rosa Neto	Eunápolis	BA	73 3281 2266
6	Campus Feira de Santana	10.764.307/0015-18	44096486	Avenida	Deputado Luiz Eduar magalhães	s/n	Rodovia BR 324 Km 102	Aviário	Feira de Santana	BA	75 3221 6475
7	Campus Ilhéus	10.764.307/0014-37	45622000	Rodovia	Ilhéus - Itabuna	s/n	BR 415 - Km 13	Vila Cachoeira	Ilhéus	BA	73 3656 5134
8	Campus Irecê	10.764.307/0013-56	44900000	Rodovia	BA 148	1800	km 04	Vila Esperança	Irecê	BA	74 3688 6732
9	Campus Jacobina	10.764.307/0001-12	44700000	Avenida	Centenario	500	Saída Ourolândia	Nazaré	Jacobina	BA	74 3621 8712
10	Campus Jequié	10.764.307/0012-75	45201570	Loteamento	Cidade Nova	s/n	Rua F	John Kennedy	Jequié	BA	73 3525 4536
11	Campus Juazeiro	10.764.307/0020-85	48900000	Rodovia	BA 210	s/n		Nova Juazeiro	Juazeiro	BA	75 3281 9428
12	Campus Paulo Afonso	10.764.307/0011-94	48607000	Rua	Marcondes Ferraz	200	Quadra 26	General Dutra	Paulo Afonso	BA	75 3281 9428
13	Campus Porto Seguro	10.764.307/0005-46	45810000	Rodovia	BR 367	s/n	KM 57,5	Fontana I	Porto Seguro	BA	73 3288 6686
14	Campus Salvador	10.764.307/0002-01	40301015	Rua	Emidio dos Santos	s/n		Barbalho	Salvador	BA	71 2102 9520
15	Campus Santo Amaro	10.764.307/0007-08	44200000	Travessa	Primeira Travessa São José	s/n		Bonfim	Santo Amaro	BA	75 3241 0845
16	Campus Santo Antonio de Jesus	10.764.307/0019-41	40150110	Rua	Viriato Lobo	s/n		Cajueiro	Santo Antonio de Jesus	BA	71 3221 0395
17	Campus Seabra	10.764.307/0001-12	46900000	Estrada	Vicinal para Tenda	s/n	Zona Rural	Barro Vermelho	Seabra	BA	75 99981 1125
18	Campus Simões Filho	10.764.307/0006-27	43700000	Via	Universitária	s/n	Pitanguinha	Pitanguinha	Simões Filho	BA	71 3295 5605
19	Campus Valença	10.764.307/0003-84	45400000	Rua	Vereador romeu Agrário Martins	s/n		Tento	Valença	BA	75 3641 3051
20	Campus Vitória da Conquista	10.764.307/0004-65	45100000	Avenida	Amazonas	3150		Zabelê	Vitória da Conquista	Ba	77 3426 4210



**INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Bahia

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
Av. Araújo Pinho, 39 - Bairro Canela - CEP 40110-150 - Salvador - BA - www.portal.ifba.edu.br

PLANILHA

1. DEFINIÇÃO:

1.1. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – documento anexo ao contrato que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento;

1) Processo:

2) Objeto do contrato:

3) Nome da empresa contratada:

4) Número do contrato: ____ / ____

5) Mês competência: Mês/Ano

* O Fiscal Técnico realizará a medição de resultado a cada chamado/sinistro realizado;

* O ajuste de pagamento será feito com base na aferição final, nos seguintes termos:

a) para chamados/sinistros com pagamento de franquia, o valor da franquia será ajustado ao apurado no IMR.

b) para chamados/sinistros sem pagamento de franquia, o valor será calculado com base no valor do contrato e será gerado uma GRU para pagamento por parte da seguradora.

* Todos os apontamentos que resultarem em descontos ou outras penalidades feitos neste relatório mensal de IMR, devem estar embasados em documentos que deverão ser emitidos na ocasião em que as falhas ou descumprimentos obrigatórios aconteceram, apontados em documentos devidamente preenchidos e assinados pelo Fiscal Técnico e o preposto da empresa;

*Se necessário, o fiscal deverá usar todos os recursos ao seu alcance para registrar a desconformidade encontrada, para comprovação do ocorrido, como por exemplo: testemunhas, número de protocolo do atendimento e registro do horário da ligação para seguradora, ordem de serviço constando o horário, registro fotográficos entre outros.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO			
	PRAZO DE ATENDIMENTO – CONFORME ESTABELECIDO NO TR.		
1	Prazo de Atendimento no caso de Sinistro		
	Descrição do Item	Percentuais de desconto	Marcar percentual atingido
1.1	Conserto/indenização do veículo sinistrado até 30 dia	0%	
1.2	conserto/indenização do veículo sinistrado de 31 à 40 dias.	2%	
1.3	conserto/indenização do veículo sinistrado de 41 à 50 dias.	4%	
1.4	conserto/indenização do veículo sinistrado de 51 à 60 dias.	6%	
1.5	conserto/indenização do veículo sinistrado acima de 60 dias. Neste caso o fiscal técnico deverá encaminhar ao gestor do	Grave 15%	

	contrato pedido de abertura de processo sancionador de inexecução parcial contra a empresa.		
1.6	atraso no atendimento do chamado/sinistro para qualquer outro tipo de serviço, exceto as descritas nos itens 6.1 à 6.5 e troca de vidros, vidros, retrovisores, lanternas e faróis, até 02 horas posteriores ao tempo definido.	0%	



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
Av. Araújo Pinho, 39 - Bairro Canela - CEP 40110-150 - Salvador - BA - www.portal.ifba.edu.br

ATESTO

ATESTADO DE VISTORIA

TÉCNICA

Atestamos que o(a) Sr(a). _____
_____,
inscrito no CPF sob o nº _____ na qualidade de
profissional indicado pela empresa _____,
_____,
inscrita no CNPJ sob o nº _____, telefone
(_____) _____, compareceu, no dia ____/____/____, no
local onde pernoitam os veículos atinentes ao seguro veicular da frota correspondente ao objeto
da licitação em epígrafe, onde realizou vistoria técnica e tomou conhecimento das condições
locais, dos veículos componentes da frota, e de todas as informações necessárias ao
cumprimento das obrigações previstas no edital e seus anexos.

_____, _____, em _____ de _____ de 2022.

(cidade) (UF) (dia) (mês)

Assinatura do Servidor designado

Assinatura do profissional indicado pela empresa

NOME:

MATRÍCULA:

23278.008691/2022-59

2574192v2